

Uma disputa pelo “estatuto estudantil”: movimento estudantil entre os debates e embates sobre o que é ser um “bom” ou “mau” estudante no Brasil (1961-1968)

Resumo: O artigo apresenta o movimento estudantil brasileiro, durante a ditadura civil-militar, pensando-o pelo “estatuto do estudante”. O artigo analisa jornais, revistas educativas, materiais didáticos, fotografias e testemunhos. A maneira como os estudantes devem se comportar balizou a perseguição de suas associações, evidenciou uma disputa geracional pelo termo e fez surgir a contraposição do “bom estudante”, quieto e estudioso, como um valor patriótico, em confronto aos seus pares em mobilização política.

Palavras-chave: movimento estudantil; ditadura civil-militar; história do estudante; história da educação; movimento social.

Una disputa por el “estatuto estudiantil”: movimiento estudiantil entre los debates y embates sobre lo que es ser “buen” o “mal” estudiante en Brasil (1961-1968)

Resumen: El artículo presenta el movimiento de estudiantes brasileños, durante la dictadura civil-militar, pensándolo por el “estatuto de estudiante”. El artículo analiza periódicos, revistas educativas, materiales didácticos, fotografías y testimonios. La forma en que los estudiantes deben comportarse balizó la persecución de sus asociaciones, evidenció una disputa generacional por el término, hizo surgir la contraposición del “buen estudiante”, tranquilo y estudioso, como un valor patriótico, en oposición a sus pares en la movilización política.

Palabras clave: movimiento estudiantil; dictadura civil-militar; historia de los estudiantes; historia de la educación; movimiento social

A Dispute for the “Student Status”: Student Movement between Debates and Clashes about what is to be a “Good” or “Bad” Student in Brazil (1961-1968)

Abstract: The article presents the Brazilian student movement during the civil-military dictatorship, thinking of it by the “student statute.” The article analyzes newspapers, academic magazines, teaching materials, photographs, and testimonies. The way students should behave marked out the persecution of their associations, evidenced by a generational dispute over the term, raised the opposition of the “good student,” quiet and scholar, as a patriotic value, in confrontation with their peers in political mobilization.

Keywords: student movement; civil-military dictatorship; student History; History of education; social movement.

Cómo citar este artículo: Katya Braghini, “Uma disputa pelo ‘estatuto estudantil’: movimento estudantil entre os debates e embates sobre o que é ser um ‘bom’ ou ‘mau’ estudante no Brasil (1961-1968)”, *Trashumante. Revista Americana de Historia Social* 24 (2024): 60-83.

DOI: 10.17533/udea.trahs.n24a04

Fecha de recepción: 4 de mayo de 2023

Fecha de aceptación: 4 de diciembre de 2023

Katya Braghini: Doctora y maestra en Educación por la Pontificia Universidad Católica de São Paulo. Licenciada en Historia por la Universidad de São Paulo. Profesora e investigadora del Programa de Posgrado en Educación, Historia, Política y Sociedad.

Correo electrónico: kmbraghini@pucsp.br

 <https://orcid.org/0000-0002-7790-2884>



Uma disputa pelo “estatuto estudantil”: movimento estudantil entre os debates e embates sobre o que é ser um “bom” ou “mau” estudante no Brasil (1961-1968)

Katya Braghini

Parcelas da imprensa diária e educacional apresentaram grande ódio pelos estudantes durante o período da ditadura civil-militar no Brasil. Sendo uma imprensa especializada, fez circular impressões muito negativas sobre este grupo, estampando raiva pelas *ações do* movimento estudantil, visto como disruptivo, além de socialmente conturbado. Primeiro, por conta dos manifestos em relação aos direitos estudantis no mundo universitário no início da década de 1960 e, depois, dada a amplificação da luta política após o golpe de estado.

Diante do impacto geral causado pelo movimento estudantil ao longo dos anos 1960, é possível notar uma batalha pelo significado deste estatuto social de “ser estudante”, ator cuja existência só é possível pensando sua relação com a escola e com processos escolarizados. Portanto um caminho para contar a história do movimento estudantil é compreender o que socialmente é esperado da *ação estudantil*, sendo ele a *personalização da instituição escolar*. Este artigo mostra que houve diferentes apresentações sobre o “bom” e o “mau” estudante nesse tipo de imprensa, mas também detectável em documentos oficiais, educacionais e testemunhos.

A relação do movimento estudantil com a ditadura foi o tema mais destacado entre 1971-2019 pelos trabalhos acadêmicos, privilegiando a sua posição de “esquerda”, com destaque às questões universitárias e centralizado às ações União Nacional dos Estudantes (UNE).¹ Há ainda uma imagem de que o movimento estudantil foi desbaratado com o Ato Institucional nº 5 (AI-5) de 1968, o que não está de todo correto, pensando que, nos anos 1970, vigorou no movimento

1. Maria Lúcia Spedo Hilsdorf e Fernando Antonio Peres, “Estudos históricos sobre juventude: estado da arte”, *Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006)*, vol. 2, ed. Marília Pontes Spósito (Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009) 213-231; Danielle Barreto Lima. CCC – *Comando de Caça aos Comunistas. Do estudante ao terrorista – 1963 1980*. (São Paulo: Editora Almedina, 2021).

uma ação contestadora, cultural e criativa, principalmente dentro das instituições universitárias.²

Deste modo, é interessante buscar aspectos que relacionam a vida dos estudantes e suas preocupações com a política enquanto vivenciam sua experiência nos processos escolarizados. O estudante como categoria social não é possível de ser compreendido fora de suas relações interpessoais e de uma dinâmica histórica global, contextualizada, em que estão interpostas a sua situação de classe, o condicionamento dos vínculos e dissoluções com diferentes grupos geracionais e escolares.³ Compreende-se que o estudante também cria uma autoimagem em diálogo tanto com as condições culturais que geram representações e normatizações sobre a sua conduta quanto pela possibilidade de gerenciar a sua trajetória da vida dentro dos processos de transitoriedade no espaço escolar, o que lhe concede uma autonomia relativa, própria de sua vivência no universo acadêmico.⁴ Como movimento de juventude, expressa a estratificação de suas vivências psicossociais, apresentando novas formas de manifesto e comportamento social, enquanto particulariza a sua ação na mobilização social em nome dos direitos reservados à cidadania.⁵

O período desta investigação compreende os primeiros momentos de greves estudantis universitárias apontados na imprensa diária em 1961 e termina em 1968, período em que os grandes manifestos promovidos pelos estudantes estão proibidos. Essa é uma perspectiva que considera a história da educação e procura contemplar aspectos da cultura escolar. Além disso, lembramos que nem todos os estudantes são partícipes do movimento estudantil, mais ainda, que uma parte deles atuava a favor do fechamento do regime, não raro, como agentes do aparato repressivo.⁶

Isso mostra um quadro mais complexo da condição estudantil de luta política no conjunto cultural e, por isso, o texto se ampara em documentos normativos, imprensa educacional e diária, destacando autores que se mostram incomodados com as ações estudantis e que oferecem um conjunto de regulamentos para a alteração do comportamento juvenil. Ações e costumes serão destacados, mostrando um panorama ligado ao relacionamento do estudante com diferentes espaços naquele contexto e, por isso, testemunhos e fotografias também são analisados.

Antes, cabe registrar alguns aspectos sobre o tratamento documental. Sobre os testemunhos, temos uma operação historiográfica expositora de diferentes camadas temporais da trajetória de vida. Destacam-se excertos de memória selecionados pela lembrança como reconstrução subjetiva do vivido a partir de perspectivas

2. Angélica Müller. *O movimento estudantil na resistência à ditadura militar (1969-1979)* (Rio de Janeiro: Garamond, 2016).
3. Marialice M. Foracchi. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira* (São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1965).
4. João Roberto Martins Filho. *Movimento Estudantil e Ditadura Militar (1964-1968)* (Campinas: Papyrus, 1987).
5. Marialice M. Foracchi. *A juventude na sociedade moderna* (São Paulo, Livraria Pioneira, 1972)
6. Lima 29.

do tempo presente. Busca-se uma narrativa que se pretende verossímil por meio de emoções e sensibilidades de quem vive as lembranças em tempos posteriores. Deste modo, temos uma operação historiográfica que vê, em diferentes camadas temporais, o passado, como expressão da lembrança do que é sentido em tempos posteriores.⁷

Já as fotografias convocam uma leitura do real a partir da perspectiva do fotógrafo, sujeito mediador entre a cena e o sentido analítico buscado neste texto. Sendo o instante da foto um ato seletivo, busca-se o estudo de algumas das possíveis motivações do instante captado, enredado, naquele momento, por considerações culturais, comportamentais, ideológicas, etc., e que nos apresentam o manuseio tecnológico da linguagem e o oferecimento de uma mensagem.⁸

O estudante como estatuto inventado pela escola à melhoria social

O estudante é uma invenção da modernidade criada como um estatuto social que diz respeito e só é possível pelo processo de escolarização, visando à formação e à conformação do cidadão nos planos social, político, jurídico. O estudante é produto da escola, uma instituição cujo domínio é expresso pelo poder de sua universalidade enquanto foi pensada como tecnologia social de constituição dos Estados Nacionais. Sujeito pensado por adultos, pessoas instaladas na cultura e com o poder de definição do que deve ser o mundo não-adulto.⁹

O estudante é um marco institucionalizado dos tempos de vida, criado, majoritariamente entre a infância e a juventude, como projeto teleológico vivo de melhoria social e de utopias para o futuro. A trajetória de vida de estudantes se funde à seriação escolar, por isso muitas das representações tidas sobre os estudantes, sejam elas boas ou ruins, estão marcadas pelos seus processos de vida escolar que, em grande medida, é um projeto de clausura e de apartamento social, no sentido de que a escola resguarda este grupo, pensando a melhor formação de quadros sociais e políticos para além de seus muros e, preferencial, mas não obrigatoriamente, no futuro. Os estudantes existem na sua relação com outras instituições globais que os modelam como representantes de uma geração, como filhos de um tempo, imbuídos de responsabilidades; são poder de vanguarda.

Não menos importante, devemos pensar que tais sonhos por uma sociedade melhor são imaginários históricos recaídos sobre os estudantes, vistos como receptáculos de projetos sociais: modelagem de governos, estruturadores de novos campos de trabalho, usuários de tecnologias de comunicação dominantes, desenhos de famílias.

7. Antonio Maurício Freitas Brito. “Militância estudantil e memórias dos anos 1960”. *Tempo e Argumento*, 9.21 (2017): 94-131.

8. Jorge Ferreira. “Enquadrando a ditadura: fotojornalismo do Correio da Manhã e os conflitos de 1968”. *Tempo e Argumento* 12.30 (2020): 2-29.

9. Pablo Pineau. “Como a noite engendra o dia e o dia engendra a noite. Revisando o vínculo da produção mútua entre escola e Modernidade”. *Pro-Posições*, 19.3(57) (2008): 83-104.

A posição do estudante frente ao espaço escolar é, então, de dependência e, espera-se, de deferência. No imaginário social, espera-se que um estudante esteja disposto a ser um sujeito em constante evolução. Isso é o que identificamos em diferentes dicionários, de língua espanhola e portuguesa, se pensarmos as palavras e seus significados como artefatos linguísticos indicadores de referências culturais de cada tempo.

Figura 1. O Estatuto Estudantil pelas definições históricas de dicionários

Diccionario de la Lengua Castellana Real Academia Española 1726 Y 1739	Vocabulario Portuguez & Latino 1712-1728	Diccionario da Lingua Portuguesa 1789	Diccionario da Lingua Brasileira 1832	Dicionário Escolar da Língua Portuguesa 1969
<p>Quem estuda</p> <p>Quem é audiente e estuda em universidade</p> <p>Aprendem Grammatica e outros pontos rudimentares de aulas elementares</p> <p>Aquele se se aplia em fazer</p> <p>Que observa com atenção e cuidado.</p>	<p>Aquele que frequenta um colégio</p> <p>Compõe livros</p> <p>Discípulo de um mestre</p> <p>Estuda letras humanas ou divinas.</p>	<p>Aquele que estuda Grammatica e Sciencias severas enquanto não se doutora</p> <p>Trabalhar para buscar entendimento</p> <p>Aplicar-se para fazer bem algo.</p>	<p>O que estuda frequentando as aulas</p> <p>Aplicante para aprender uma Sciencia</p> <p>Que se exercita para fazer coisas bos e bem-feitas.</p>	<p>Pessoa que estuda; aluno, escolar. (Aument.: estudantão, estudantaço; dim.: estudantesco, estudantote; col.: classe, turma, tuna.</p>
<p>Fonte: Biblioteca Brasileira Guita [USP]/ Biblioteca Nacional de España/ Biblioteca Nadir Kfourri [PUC-SP] 10</p>				

Fixado o termo “estudante”, tanto em língua espanhola quanto portuguesa, identificamos carregar consigo todos esses desejos do que é novo, renovado, revigorado, além de um sujeito em pleno desenvolvimento, mas ainda não preparado. Nos anos 1960, inclusive, o dicionário escolar reforça que o estudante é membro de uma irmandade representativa de sua escola de origem, “tuna”. Portanto não é impertinente saber o que socialmente é esperado dos estudantes, de tempos em tempos, já que na sua relação com a escola almeja-se serem sujeitos com comportamentos modelares e que devem permanecer estudando. Essa imagem de o

10. Real Academia Española. *Diccionario de la lengua castellana* (Madrid: Imprenta de Francisco del Hierro, 1726-1739); Raphael Bluteau. *Vocabulario Portuguez & Latino, Aulico, Anatomico, Architectonico* (Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu/Lisboa: Oficina de Pascoal da Sylva, 1712-1728); Antonio de Moraes Silva, Rafael Bluteau. *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro* (Lisboa: Simão Tadeu Ferreira, 1789) 2v, vol. 1: XXII, 752, vol. 2., 541; Luís Maria da Silva Pinto. *Diccionario da lingua brasileira* (Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832); Francisco da Silveira Bueno. *Dicionário Escolar da Língua Portuguesa* (Brasília: FENAME/MEC, 1969).

estudante ser, antes, um sujeito da escola e dever préstimos a este espaço social é o que se apresenta como um status estudantil, socialmente em disputa, em oposição ao que era oferecido pelo movimento estudantil.

É importante lembrar o número limitado de estudantes no país naquele período. O Censo de 1950 indica que 52,7% de toda a população brasileira tinham menos de 20 anos. Destes, 41,7% compreendiam a faixa entre zero e 14 anos. Os dados colhidos em 1959 indicam que, entre 7 e 14 anos, a cada 517 estudantes matriculados na escola primária, apenas 40 conseguiram concluir a 4ª série. Deste total, apenas 22 ingressavam no curso secundário. Anos mais tarde, em 1967, na universidade, havia 160 mil jovens matriculados, ou seja, 2% da população entre 19 e 25 anos.¹¹ Em números, ser estudante no país, correspondia a um status restrito.

Ainda que houvesse uma juventude diversificada e o grupo de estudantes urbanos fosse pequeno, estes foram o destaque na imprensa diária. Entre 1961 e 1968, período que marca uma constante e ascendente mobilização dos estudantes, foram reiteradamente ofendidos em diferentes páginas de jornais diários. O texto de Gustavo Corção, intelectual, católico, conservador, nas páginas do jornal O Estado de S. Paulo (OESP), dá o tom do que isso significou. Durante a crescente mobilização de estudantes há indicação da presença de “falsos estudantes” que, amotinado, estariam muito distante dos estudos, sendo classificados de “desordeiros”, “teleguiados”, “subversivos”, “tolos”, “ingênuos”.¹²

Está claro para alguns setores mais conservadores ter havido a demarcação de que esses estudantes agiam por um radicalismo transgressor imediatamente enquadrado como alienados, herdeiros de uma classe-média imprudente.¹³ A inclusão dos estudantes no quadro de elementos disfuncionais marca o histórico de uma sociologia do desvio que enxerga um certo tipo de jovem como alguém que necessita de ajustamento social, o que ele renega. Como se verá, documentos de agências supranacionais, materiais didáticos e discursos conformados à imprensa, produzidos na Escola Superior de Guerra (ESG), passam a reproduzir a necessidade de vigilância desse jovem para que seu comportamento desviante não fosse reproduzido aos demais.

11. Dados podem ser procurados nos seguintes trabalhos: *Censo Demográfico do Brasil* (1950); *Fulbright Commission – Brasil* (1960); Aparecida Joly Gouveia e Robert James Havighurst. *Ensino Médio em Desenvolvimento* (São Paulo: Melhoramentos) 122; *Sinopse Estatística do Ensino Médio* (1961); Arthur José Poerner. *O poder jovem* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 1968) 301; *Revista Realidade* 18, Setembro, 1967.

12. Gustavo Corção. “Falsos Estudantes”. *O Estado de S. Paulo*, 05 de agosto de 1967, 5.

13. A perspectiva de inclusão dos estudantes mobilizados dentro do rol da “sociologia do desvio”, vendo-os por *outsiders*, deve ser problematizado, no sentido que não percebe as possibilidades de visualização do manifesto, tanto político, quanto pessoal dos estudantes como práticas autônomas. Helena Wendel Abramo. “Considerações sobre a tematização da juventude no Brasil”. *Revista Brasileira de Educação* 57.58, Mai/Jun/Jul/Ago/Set/Out/Nov/Dez (1997): 25–36. No entanto é essa a visão que está no cerne do debate do artigo quando mostra que parte da liquidação do movimento estudantil, como ação política, ganhou reforço de argumentação quando qualificado como “disfuncional”.

Estudantes vistos objetos da sociologia do desvio: “o inimigo interno nos materiais didáticos”

Esse aspecto da “sociologia do desvio” como ação socializadora repelente de um padrão normativo é um ponto de pauta na Doutrina de Segurança Nacional (DSN) infiltrada na produção de materiais didáticos e na formulação de textos da imprensa. Também estava descrita em documentos produzidos pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), instituidores da Teoria do Capital Humano como resultado de uma onda americanista nos processos sócio-educativos na América Latina. Por estes canais, registram-se duas macros propostas estabelecedoras da ótica do desvio e a produção de anomias como lógica estruturadora dos discursos sobre o comportamento.¹⁴

A visualização de formas de conceber uma realidade em que está presente o “inimigo interno”, seja ele alvo de militares ou ponto dissonante no mundo do trabalho, adentrou no mercado didático que passa a veicular os conteúdos produzidos pela ESG antes mesmo de 1964.

A DSN foi concebida como um fator de integração entre militares e civis, vendo-os como aliados no adestramento da “teoria de segurança”.¹⁵ A DSN, amparada pelo conceito de “guerra total”, mostrava preocupação com os movimentos sociais de “caráter antagônico” e se colocava como instituição promotora da harmonização social pela lei e a ordem.¹⁶ A educação escolarizada entra nesta história como tecnologia de distribuição da ideia de “guerra total”.

A detecção do inimigo interno e a amplificação do poder psicossocial da população passam à escola por meio do Ato-Institucional nº 2 (1965) que prevê a cassação de membros do funcionalismo público enquanto é instalada a vigência do Conselho de Segurança Nacional. Paulatinamente, este dispositivo é seguido pela Lei de Segurança Nacional, como o caso do Decreto-Lei nº 314, de 13 de março de 1967 que transformava em legislação a DSN, tornada o elemento guia das determinações do Estado.

Houve uma paulatina replicação deste “inimigo da Pátria”, impregnada no conteúdo de reorganização da disciplina de Educação Moral e Cívica (EMC), feita em comissão de ensino instituída pelo governo, com o trabalho articulado e conjunto, nem sempre consensual, entre os representantes de editoras, membros da sociedade civil, funcionários do governo e enviados da Igreja Católica. Portanto a criminalização das manifestações estudantis indicada na Lei de Segurança Nacional passou a conteúdo escolar. Essa política introduzida paulatinamente por

14. Katya Braghini, *Juventude e Pensamento Conservador* (São Paulo: EDUC, 2015) 266.

15. A Lei de Segurança Nacional foi promulgada em 4 de abril de 1935 e passa a definir crimes contra a ordem política e social.

16. Braghini 75; Nadia G. Gonçalves. “Doutrina de Segurança Nacional e desenvolvimento na ditadura civil-militar: estratégias e a educação”, *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH* (São Paulo: 2011) 1–17.

diferentes canais sociais amplia os pedidos de controle vindo de variadas vozes e, às vezes, pedia pela “eliminação” dos estudantes disfuncionais.¹⁷

Um documento da Unesco chamado *Con La Juventud, publicado em 1969, faz uma análise da rebelião mundial da juventude, com destaque aos estudantes desajustados. O documento diz que o rechaço às normas da sociedade era o elemento comum entre os jovens mundo afora.*¹⁸ Segundo o documento, pleiteavam o direito de ser jovens, manifestando-se por uma cultura especificamente juvenil, retroalimentada pelos modernos meios de comunicação.¹⁹

Para este documento, a educação era um processo social tradicional, organizado como um subsistema (além do familiar, econômico, religioso, etc.) que vai pensar o estudante dentro dos quadros sociais normatizados, com vistas a sua integração aos padrões culturais do grupo, seja como agente de controle social, seja como elemento de transmissão de valores morais, para que se volte às necessidades vitais da coletividade.²⁰ Esse é o argumento da Teoria do Capital Humano que vê a educação como incremento essencial ao desenvolvimento social e econômico e a escola como base epistemológica contrária aos manifestos juvenis alheios a este enquadramento sócio funcionalista.

Essa perspectiva está claramente expressada nos vários escritos do professor Alfredo Gomes, redator-chefe de uma das mais importantes editoras de livro didático no período, a Editora do Brasil, considerada no mercado didático e lançando livros de Educação Moral e Cívica (EMC) e Organização Social e Política Brasileira (OSPB). Segundo este professor, estava instalada a “indocilidade da juventude” que se espelhava nos *blousons noirs, teddy-boys, vitelloni e beatniks*, os ditos *outsiders*.²¹

Os estudantes são percebidos como “depositários do medo”, uma ideia implícita neste tipo de teoria que entendia a juventude como um problema, uma disfunção do processo de integração social.²² Em outras palavras, como veremos a seguir, se era possível vigiar e deter o mau estudante, era também possível exaltar o bom estudante por meio de seu potencial juvenil.

Estudantes “comunistas” como depositários do medo

Vladimir Palmeira, aluno da Faculdade Nacional de Direito na Universidade do Brasil, conta em suas memórias presentes no artigo “Valores de 1968” que um

17. Katya Braghini, “Ideology of Brazilian National War College in the output of moral and civic education textbooks and anti-communism (1961–1980)”. *Educació i Història: revista d’història de l’educació* 35 (2020): 47–73.

18. UNESCO. *Con la Juventud. Texto apresentado na conferência Geral da Unesco* (Paris. Offst-Aubin, 1969) 21.

19. UNESCO 15.

20. Albert Cohen. “Comportamento aberrante e o seu controle”, *A Sociologia Americana*, ed., Talcott Parsons (São Paulo: Cutrix, 1970) 271–299.

21. Alfredo Gomes. “História e juventude”. *Revista da Editora do Brasil* 152, Março (1969): 1–8.

22. Braghini, 139.

dia, passeando por Copacabana, uma menina lhe estendeu os braços e disse: “Oi estudante!”. Dito isso, o autor pensou: que “fantástica a atitude dessa criança”.²³ Algo muito parecido aconteceu com Daniel Aarão Reis Filho. Diz o ex-militante, certa vez, ter escutado de uma criança: “depois das cenas bacanas que eu vi, acho os banguê-banguês da TV muito chatos. Não quero mais ser mocinho, quero ser estudante”.²⁴

Uma contrapartida dessa história que enaltece a posição dos estudantes vistos por olhos das crianças está na repulsa do mesmo Gustavo Corção nas páginas do Diário de Notícias. O jornalista escreve, indignado, sobre os jovens da Associação Metropolitana de Estudantes Secundaristas (AMES) discutindo a respeito da segurança nacional e a reforma agrária. Para o autor, o mais revoltante era ver a AMES com “personalidade jurídica” e “estatutos”, mesmo tendo sido “constituída por menores”.²⁵

Estes três episódios mostram diferentes pontos de vista sobre o “ser estudante” e como isso está sub judice. Da parte dos testemunhos dos militantes, havia uma admiração das crianças, vendo-os como sujeitos valorosos, quase celebridades. Por outro lado, havia quem estivesse temeroso sobre o fato de o estudante ter o poder do associativismo estatutário e de personalidade jurídica sendo ainda menores de idade. Mas o que é amplamente divulgado pela imprensa é o “estudante comunista”. De modo geral, os estudantes combativos foram pautados pelos jornais como sujeitos teleguiados por agentes comunistas. Esse primeiro nível de análise exige uma discussão sobre o anticomunismo e mostra essa alcunha como o principal motivo para lançar os estudantes à disfunção e anormalidade.²⁶

Esta história faz parte de um amplo processo histórico que destaca a questão do caráter social do anticomunismo. Entre 1917 e 1964, há diferentes movimentações sociais e políticas em nome do “anticomunismo”, ou melhor dizendo, da construção social do medo, tendo por mote a criminalização da luta de classe e dos movimentos sociais na busca por direitos. Como “senso comum”, essa ideia vai ao encontro da análise aqui empreendida, quando implicamos o sentimento antiestudante no quadro histórico do medo anticomunista. O medo de estudantes definiu linhas mestras da atuação política e de condução da educação durante o momento estudado, principalmente após 1964.²⁷

Estar associado ao comunismo, a fim de subverter uma ordem, era o grande estereótipo dado a esses jovens. Assim, haveria hábitos, comportamentos, ações,

23. Vladimir Palmeira. “Os valores de 1968”. *Rebeldes e Contestadores – 1968 – Brasil, França e Alemanha*, ed. Marco Aurélio Garcia e Maria Alice Vieira (São Paulo: Perseu Abramo, 1999) 117.

24. Daniel Aarão Reis Filho. “1968. O curto ano de todos os desejos”, *Tempo Social. Revista de Sociologia* 10.2 (1998): 25-35.

25. Gustavo Corção. “Um apelo ao Sr. Juiz de Menores”. *Diário de Notícias*, 26 de novembro de 1961, 2.

26. Corção. “Congresso dos meninos secundaristas”. *Diário de Notícias*, 25 de novembro de 1961, 2.

27. Rodrigo P. S. Motta. “Em guarda contra o ‘perigo vermelho’: o anticomunismo no Brasil, 1917-1964”, (Tese de Doutorado em História, Universidade Federal de Minas Gerais, 2000).

conduções de vida ridicularizados de modo a reforçar tal estereótipo. Uma parcela dos estudantes foi tornada criminosa, indicando um processo de cisma entre este grupo e um outro tipo de estudante, o dito “estudante democrático”, sujeito patriótico, apresentado adiante.

A Guerra da comunicação: espaços, tempos, formas de ser

A regra de enquadramentos dos estudantes desajustados passa pela Reforma Universitária quando, nos anos 1960, ela se torna a mais vigorosa bandeira de luta dos estudantes, principalmente a partir do ponto de vista da UNE. É possível que a reforma universitária tenha nascido em berço estudantil; pensá-la, sem perceber a posição do estudante, é analisá-la de maneira incompleta.²⁸

A propósito de conquistas pela representatividade de 1/3 nas instâncias deliberativas nas universidades, greves eclodiram a partir de 1961. A questão da representatividade acompanhada pelas denúncias sobre o mau funcionamento das escolas superiores gerou angústia pelo conteúdo das reivindicações. Os jovens denunciavam esses espaços de ensino mostrando falhas administrativas e éticas: havia “irregularidades nos concursos para o preenchimento das cátedras”, “número excessivo de funcionários [...], muitos dos quais nomeados por apadrinhamento do diretor”, “filho do diretor, que ocupa ao mesmo tempo, o cargo de juiz em comarca do interior”, “absoluto desprezo pela conservação do patrimônio da Faculdade”, etc.²⁹ E um ato que importunava a rotina era a prática de fazer greve e ocupar os espaços acadêmicos.³⁰

Vemos um exemplo, dentre muitos, sobre esse tipo de ação. O Diário de Pernambuco estampou em sua capa a presença da mãe de Che Guevara como o estopim de uma greve em razão da proibição de sua palestra pela administração universitária.³¹ O fato é que houve uma sindicância, o presidente Jânio Quadros interferiu na questão, o IV Exército fez guarda na Universidade, duas semanas se passaram e a resolução indicou que “moças e crianças” tinham sido incitadas por elementos estranhos, agitadores.³²

Essa foi a tônica daquele momento, pela indicação de “maus elementos” sempre dispostos a criar confusão, em vez de sustentar que a própria estrutura uni-

28. Flavia de A. Santana. “Movimento estudantil e ensino superior no Brasil: A reforma universitária no centro da luta política estudantil nos anos 60” (Tese de Doutorado em História, Universidade de São Paulo, 2014) 348.

29. Editora do Brasil. Várias. “Revista da Editora do Brasil” 159 (1961): 52-55. A revista apresenta a compilação dos seguintes documentos: Nota oficial da Presidência da República, Palácio do Planalto de 6 de junho de 1961; “Manifesto dos Estudantes – FFCL”, São Paulo, 8 de junho de 1962; “Denúncia dos Estudantes do Recife”, Recife, 19 de agosto de 1969.

30. Braghini, 104-106.

31. “Grevistas planejam a ocupação das demais escolas superiores”. *Diário de Pernambuco* (Recife) 9 de junho de 1961, capa.

32. “Decidem voltar às aulas os estudantes de Direito de Recife”, *O Estado de S. Paulo* (São Paulo) 13 de junho de 1961, capa.

versitária não suportava ações de autonomia da parte dos grupos estudantis. Em 1961, 40 universidades brasileiras (23 federais, 14 particulares, 3 estaduais) foram paralisadas pela greve geral decretada pela UNE.³³ As confusões trazidas com esses atos indicam não haver compreensão sobre o motivo de estudantes fazerem greve, pois não eram trabalhadores. Menos entendimento havia quando eles pediam abono de suas ausências do curso.³⁴

A ação é ainda mais interessante quando se entende que ficar alojado na instituição de ensino como forma de protesto era uma prática nova de manifesto. Os jovens americanos, franceses, japoneses e alemães também utilizaram tal prática no mesmo período, mostrando a circulação mundial de um costume inventado e a emersão de uma forma irreverente de uso dos espaços acadêmicos.³⁵

A localização do estudante, se dentro ou fora da escola ou universidade, o uso do púlpito catedrático para fazer política e o próprio ato político durante o período de sua formação transformam o estudante em inimigo público, ou melhor, "inimigo interno".

O Conselho Federal de Educação (CFE), em 1962, teria recebido 1.950 pedidos de recursos contrários às decisões universitárias sobre suspensões e expulsões de estudantes descompromissados com as deliberações regimentais das escolas. Um desses casos conta sobre uma sanção feita a pedido dos coordenadores do curso de Sociologia e Política da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), contrários ao comportamento dos irmãos Alcir Henrique da Costa e Ailton Henrique da Costa. No Parecer nº 377/1962, o conselheiro Almeida Júnior relatou a medida aplicada pelo Conselho Universitário. Existia um possível processo de expulsão ou de suspensão de 90 dias sem a possibilidade de renovação da matrícula. Isso porque os estudantes picharam os muros nas ruas da cidade com *slogans* pedindo pelo retorno à legalidade do Partido Comunista Brasileiro (PCB), o que foi considerado falta grave pelos membros do Conselho Universitário.³⁶

Pichar muros e paredes foram atos deliberados e reincidentes por toda a década de 1960 e, conforme apresentado pela Figura 1, contava com participação de garotas, como a que estava decidida a anunciar o 30º Congresso da UNE. Vemos que o ato de pichar não é aceito e, menos ainda, representativo em escolas de diferentes níveis. Estudantes do Colégio Pedro II (RJ), em greve, fizeram pichações "por todo o bairro" contra o diretor da Escola, Sebastião Lobo por conta do mal uso do dinheiro dos estudantes pela arrecadação de uma festa junina. O ato lhes gerou advertência publicada em jornal.³⁷

33. Poerner 206.

34. "A greve dos estudantes de Recife". *Revista da Editora do Brasil* 159 (1961): 55-56.

35. Patrice Hurre e outros, *Adolescência não existe – Histórias das atribuições de um artifício* (Lisboa: Terramar, 2000) 224.

36. "Parecer nº 377. Penalidades Escolares". *Revista da Editora do Brasil* 177 (São Paulo) 1962, 20-23.

37. "Diretor acaba com a festa e alunos param Pedro II". *Correio da Manhã* (Rio de Janeiro) 24 de junho de 1967, 7.

Figura 2: 30º Congresso da UNE [1968]



Fonte: Arquivo Nacional/Memórias Reveladas: Fundo Correio da Manhã [BR RJANRIO PH]

Já na Universidade de Brasília (UNB), um professor resolve denunciar aquilo que considerava como crimes não apurados, que iam desde “reuniões subversivas”, “curra de alunas”, “bebedeiras”, “prostituição”, “depredações”, “abortos”, “pichações”.³⁸ Ao que parece, as práticas intrínsecas às mobilizações eram as mesmas que ativavam as punições dos regimentos.

Um terceiro ponto de choque fala dos púlpitos políticos, dentro e fora da universidade, e a possibilidade de um estudante tomar a voz da política sem ter passado pelo crivo da escolarização e sem o preparo condizente. Vladmir Palmeira, falando sobre a ocupação de estudantes na Universidade do Brasil, indica haver mesmo a pretensão de troca de posições com os professores sobre a tomada da palavra pública: “Nesse momento, usamos violência. Durante anos, nunca sequer fizemos concentração na porta do Conselho Universitário, mas nesse dia nós fomos, e os professores foram obrigados a descer dos pedestais para discutir com a massa estudantil”.³⁹

A questão do púlpito político atravessou a década de 1960, no sentido já conhecido de que os estudantes faziam seus discursos, inclusive por meio de outra invenção, os chamados “discursos relâmpagos”, quando se usava qualquer espaço

38. “Mestre aponta mazorca na UNB”, *O Estado de S. Paulo* (São Paulo) 19 de setembro de 1968, 7.
39. Palmeira 125.

para tomar a palavra e formar a audiência: sobre ônibus e carros, estátuas, escadarias, marquises, etc. Na Figura 2, vemos mais um flagrante, também de uma garota, aos pés da estátua "pequeno jornalista", no centro da cidade do Rio de Janeiro, que pelo intertexto, soma-se a ela na mensagem. O elemento pouco discutido neste caso é precisamente este "qualquer lugar".

O principal contra-argumento para com os estudantes mobilizados concentrou-se na participação política sem o devido preparo, condicionada à época, por vias escolarizadas, reconhecidos na história da educação como "personalidades condutoras". A ideia de boa preparação política estava vinculada ao tempo de permanência do estudante nos bancos escolares e, mais ainda, ao tipo de conteúdo recebido em sua trajetória centrada, preferencialmente, na passagem do ensino secundário ao superior. Esperava-se a atuação direta na política como prática de sujeitos adultos, principalmente, segundo perspectiva dos grupos mais conserva-

Figura 3. Comício Relâmpago – Ativista



Fonte: Rio de Janeiro, 06/06/1968. Arquivo Nacional/Memórias Reveladas: Fundo Correio da Manhã [BR_RJANRIO_PH_0_FOT_00229_d0058de0774]

dores.⁴⁰ Os jovens militantes eram atacados por não perceberem o quão precoce era a sua ação política, já que um político verdadeiro fazia carreira na escola e, preferivelmente, tinha um diploma do ensino superior.⁴¹

Se parte dos estudantes nos anos 1960 colocada como sujeitos de autoridade e que transformava tribunas improvisadas em postos de comando político já aguçava a raiva, mais forte ela ficava em relação à forma como se comportavam diante da comunicação. Isso é: o que os estudantes liam, como liam e como se apresentavam diante do público também criavam celeuma.

Ventura (1988) indica um repertório comum dentre estudantes. Marx, Marcuse, Freud estavam na lista. Mas, além deles, havia: Debray, Lukács, Gramsci, James Joyce, Herman Hesse e Norman Mailer, os pensamentos de Mao, *Os Diários da Revolução*, de Guevara e *O Vietnã segundo Giap*, de Vo Nguyen Giap.⁴² Dentre os autores nacionais, foram citados Caio Prado Jr. com *A Revolução Brasileira*, Celso Furtado, *Um Projeto para o Brasil*, Luis Carlos Bresser Pereira, *Desenvolvimento e Crise no Brasil*.⁴³ Não obstante, outros ex-estudantes apontam o «uso prático» dos livros, sem que houvesse uma preocupação no aprofundamento da teoria, como um método corrente.⁴⁴ Além disso, estavam presentes nas passeatas e atos porque queriam estar com os amigos.⁴⁵

O que para alguns era tido por “precocidade”, conhecimento de rua e pouco aprofundado, para outros, era a tomada da palavra desviando-se do sistema “clássico” de ensino. A Profa. Emília Viotti, por exemplo, rememorou que na USP não se tratava de política em sala de aula, pois «havia uma separação bem definida entre o mundo político e o mundo acadêmico». Mas, segundo a depoente, assuntos sobre a Reforma Universitária e outros problemas brasileiros eram temas para fora dos horários de aula.⁴⁶

Fernando Gabeira, em outra conjuntura, disse que o manifesto elaborado após o sequestro do embaixador dos EUA, Charles Burke Elbrick, era uma tentativa “ainda que não elaborada, de fugir da velha lenga-lenga da esquerda” e dos “discursos bacharelescos que não atraíam ninguém”.⁴⁷ Vladimir Palmeira registrou o “linguajar empolado” dos antigos líderes do pré-1964 como “uma desgraça”, pois o sujeito fazia “uma aventura literária” que começava com “Camões e terminava em Vinícius de Moraes”.⁴⁸

40. Braghini 124, 126, 134, 258, 255.

41. Braghini, 116 e 142.

42. Zuenir Ventura. *1968: O ano que não terminou* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988) 45-55.

43. Ventura 54.

44. Alfredo Sirkis. “Os paradoxos de 1968”. *Rebeldes e Contestadores – 1968 – Brasil, França e Alemanha*, ed. Marco Aurélio Garcia e Maria Alice Vieira (São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999) 115; Henri Weber, “Um balanço de 1968”. *Rebeldes e Contestadores*, 39; Ventura 55.

45. Realidade 85.

46. Entrevista de Daniel Cantineli Sevillano a Professora Emília Viotti da Costa. Memória 70 anos - FFCL-FFLCH/USP, 2007.

47. Fernando Gabeira. *O que é isso companheiro?* (Rio de Janeiro: Editora Codedri, 1979) 114.

48. Palmeira 117.

É importante marcar que tanto Fernando Gabeira quanto Vladimir Palmeira, posteriormente, se destacaram com suas próprias memórias, eclipsando uma complexa e diversa gama de testemunhos, motivações e pensamentos de outros estudantes e jovens guerrilheiros, de modo que ambos até despolitizam o debate dado o processo de individualização de suas lembranças em relação ao passado.⁴⁹ Ainda assim, estando presentes nos eventos, parecem combinar com a percepção de que havia uma batalha nos modos de comunicação.

Linguagem rápida: eis uma questão marcante nesta história. É possível fazer uma análise lexicográfica dos chamamentos dados pelas faixas, cartazes, manifestos em paredes, etc., a fim de perceber a construção das mensagens, o uso criativo da língua, a função fática, conotativa, e a mentalidade estudantil desses materiais para compreender as mensagens mais recorrentes e um quadro mental da produção de sentidos.

Podemos ver isso nos seguintes chamados: “Mais Vagas, Mais Verbas para a Universidade, e contra as Anuidades”. “Só o povo organizado derruba a ditadura”, “Você que é explorado, não fique aí parado”, frases na passeata dos Cem Mil no Rio de Janeiro em 26 de junho de 1968. “Criar um, dois, três... muitos Vietnãs”, frase repetida por estudantes, a partir de Ernesto Che, em 1968, dita no livro *A Revolução Cubana e a construção do socialismo*.⁵⁰

Fazer cartazes e murais, como o caso de Carlos Augusto Marighella, filho do guerrilheiro Carlos Marighella, foi caso de vigilância e destruição, por sua carga subversiva, segundo o Diretor de sua escola.

Figura 4: Carlos Augusto Marighella – Serviço Nacional de Informação

CONFIDENCIAL
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
NASV/SNI
INFORMAÇÃO N.º 26 /NASV / SNI / 69, 1

Data :- 29 de janeiro de 1969.
Assunto :- CARLOS AUGUSTO MARIGHELLA
Referência :-
Difusão :- ANJ/SNI - 2a. Sec/ENR/6 - 2º ET - BAST AÉREA - SOFS/IEP

1. IDENTIFICAÇÃO-
CARLOS AUGUSTO MARIGHELLA, filho de CARLOS MARIGHELLA e ELZA SNI
TO Sª, natural do Distrito Federal, nascido a 22.5.1948, residen

Fonte: Arquivo Nacional/Memórias Reveladas. Fundo: SNI BR DFANBSB V8.MIC, GNC.PPP.83005171

49. Denise Rollemberg. “Esquecimento das memórias”. *O golpe de 1964 e o regime militar*, ed., João Roberto Martins Filho (São Carlos: EdUFSCar, 2006) 1-12.

50. Braghini (Anexos). Compilação de frases retiradas de diferentes documentos e livros sobre a história da ditadura no Brasil.

Este estudante fez greve estudantil; participou de ações de rua contra a Polícia Estadual; escreveu artigos contra o governo em um jornal de escola chamado “Liberdade”. O Serviço Nacional de Informação (SNI) julgou que havia uma tradição passada de pai para filho. Entretanto, Carlos Augusto é um estudante exemplar no sentido de mostrar práticas comuns à sua categoria, mas, que ficaram marcadas como atentados à segurança nacional.⁵¹

As novas coortes estudantis em 1968: a questão da precocidade e a trajetória de vida

Em 1968, o movimento estudantil se transformou, acompanhando a formação de uma “nova esquerda”, organizada no período após o golpe militar. Não se pode esquecer que o movimento estudantil vê a proibição de funcionamento de suas associações e, ainda assim está ativado pelo “acontecimento” que foi este ano, dada a amplificação mundial e sincrônica de repertórios de ações estudantis coletivas.⁵²

Naquele ano, houve uma alteração nas coortes juvenis, pois o que se via era um média de idade entre 20 e 22 na organização de partidos da nova esquerda. “Os que tinham 25 anos eram considerados veteranos”.⁵³ Essa ideia também foi registrada por Gabeira, ao afirmar que aos 27 anos era considerado maduro para entrar na luta armada.⁵⁴ A presença dos estudantes secundaristas mostra o comparecimento de jovens ainda mais novos no movimento.⁵⁵ Após uma ausência de reação ao golpe militar, teria havido uma cisão dentro do movimento estudantil, já que parte das lideranças, principalmente as ligadas ao PCB, teriam perdido o controle para novos agrupamentos.⁵⁶

De certa maneira, os entraves em relação à continuidade dos estudos e o levante de tradição do movimento estudantil de coortes passadas já explicam essa percepção de que, após o Golpe, em vez do movimento estudantil arrefecer, ficou mais dinâmico, somado à construção mundial do acontecimento-monumento “Maio de 68”, em conjunto com as mortes de estudantes secundaristas.

51. SNI-Infomção 26, 29 de janeiro de 1969. Arquivo Nacional/Memórias Reveladas. SNI BR DFANBSB V8.MIC, GNC.PPP.83005171. O estudante em questão é filho de Carlos Marighela, político, ex-deputado federal constituinte (1946), militante da luta armada no período da ditadura, membro do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Foi morto em emboscada armada pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) na cidade de São Paulo.

52. Angélica Müller. “O ‘acontecimento 1968’ brasileiro: reflexões acerca da cultura de contestação estudantil”. *Revista de História* 180 (2021): 1-21.

53. Luis A. Groppo. “As novas esquerdas e o movimento estudantil no Brasil: 1961-1967”, *Movimento estudantil brasileiro e educação superior*. Michel Zaidan Filho e Otávio Luis Machado (Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007) 235.

54. Gabeira 52.

55. Groppo, 235; Sirkis, 112-114; Ventura, 45; Gabeira, 81; José Dirceu, “O movimento estudantil em São Paulo”, *Rebeldes e Contestadores*, 83-94.

56. Mirza M. B. Pellicciotta, “Uma aventura política: as movimentações estudantis dos anos 1970”. (Tese de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, 1997) 235.

No que diz respeito às trajetórias de vida, havia dissonâncias entre as possibilidades oferecidas e o apego juvenil às utopias revolucionárias, mas também vemos que o caminho escolarizado aceito passa por constantes problemas de evasão e entraves de continuidade.⁵⁷ E o dito "mau estudante" foi punido porque está diante de uma posição de direito, de garantias dadas pela lei, com forte atuação do autoritarismo sobre suas vidas. Não deixa de ser cínico que se critique a luta armada como uma trajetória plausível. No entanto, os estímulos para que esse caminho fosse possível são variados.

Para o então estudante secundário Sebastião Velasco Cruz, por exemplo, a fantasia de se sentir um guerrilheiro era muito forte, principalmente pela constatação de que Che Guevara e Fidel Castro eram jovens. Para o estudante, a revolução estava "por toda a parte" e arbitrava a "imaginação de todos". Segundo seu depoimento, um tanto ingênuo, "não era por caso que a ideia de revolução pairava na cabeça dos adolescentes".⁵⁸

Além disso, havia estudantes que nunca participaram do movimento estudantil, fosse secundário ou universitário e, ainda assim, entraram na Aliança Nacional Libertadora (ANL) por intermédio de colegas de bairro que prestavam serviço militar e o engajamento aconteceu por envolvimento conjunto, após o golpe militar.⁵⁹

A princípio a luta armada não estava diretamente ligada ao mundo escolar, mas a ideia de luta armada era, sim, um elemento real de ação na trajetória de alguns estudantes. Recuperar este estudante e resguardar os que não se manifestavam se tornou uma meta de governo. Há uma alteração de postura política neste momento, pois não se tratava apenas de apenas curá-lo (ou eliminá-lo), mas ampliar o amor pela Pátria entre eles.

Era necessário enaltecer os estudantes quietos ou fazer uso de um outro tipo de potencial de vanguarda. O jovem que estuda e/ou trabalha se torna o mote dos materiais didáticos editados, principalmente os conteúdos ligados à EMC com ideais de civismo e de solidarismo.⁶⁰ O solidarismo aparece como uma remodelação inspirada nos próprios atos estudantis voltada à "educação comunitária" pela sua relação, principalmente na América Latina, com as classes populares trabalhadoras, pela perspectiva da práxis em direção à sociedade, condensadas, por exem-

57. Na universidade, em 1967, havia 160 mil jovens, representando menos de 2% da população entre 19 e 25 anos. Revista Realidade, setembro, 1967, nº 18.

58. Depoimento dado pelo professor de Sociologia da Unicamp Sebastião Carlos Velasco e Cruz durante a IV Semana de Ciências Sociais: 68 – 40 anos, acontecido na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas (FFLCH/USP) entre 12 e 16 de maio de 2008.

59. Testemunho de Manoel Cyrillo de Oliveira Neto concedido à Janaína de Almeida Teles. "Memórias do cárcere da ditadura, os testemunhos e as lutas dos presos políticos no Brasil" (Tese de Doutorado em História, Universidade de São Paulo, 2011) 174.

60. Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC) foi criada pelo Decreto-Lei nº 869/1969 e foi regulamentada pelo Decreto nº 68.065/1971; Braghini, 68-7; Juliana M. Filgueiras, "Educação Moral e Cívica e a sua produção didática: 1969 – 1993", (Tese de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em Educação, 2006) 211.

plo, no Centro Popular de Cultura (CPC), no Brasil, ou as Brigadas Estudantis, no México.⁶¹

Aliás, no caso brasileiro, é possível dizer que, enquanto o estudante mobilizado nas ruas era visto como um elemento prejudicial aos demais e à sociedade e, por isso, deveria ser eliminado, paralelamente, em meados dos anos 1960, surge uma interconexão mais ativa entre os programas socioculturais e o governo militar, pensando em uma remodelação da ideia de “poder jovem”, visto como potência ativada em nome do “Brasil Grande”.⁶²

O que se vê é, primeiro, o saneamento dessa juventude rebelde e, depois, a remodelação de uma boa juventude comprometida com o trabalho e com os estudos. Vemos a apresentação de um outro tipo de estudantes que não seguia os seus pares revoltados, doravante enaltecidos pela alcunha, também remodelada de outros tempos, os “estudantes democráticos”.⁶³ Não por coincidência, Flavio Suplicy de Lacerda transformou esse grupo em “força viva do Brasil”, pois, como jovens, contabilizavam 80 milhões de brasileiros em 1966 e deveriam ter uma atuação cívica e participativa.⁶⁴

Isso também ajuda a explicar o progressivo e violento ordenamento jurídico que, entre 1964 e 1968, transformou a comunidade escolar em um ambiente passível de aplicação de penas circunscritas na Lei de Segurança Nacional. A ideia mestra da DSN para a criação de “forças unificadoras da vida social do homem” decerto que ultrapassou os limites da escola em sua batalha, mas o medo de proferir a palavra “estudante” denotou o grau de distinção alcançado por essa categoria, cujo poder deveria ser serenado, convertido em práticas controladas. E isso está registrado no jornal.

Quando da elaboração da Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964, para o controle das entidades estudantis, um artigo de OESP pedia aos seus leitores, violentamente, o apartamento dos “bons” e “maus” estudantes para que não desanimassem porque os jovens corrompidos seriam reduzidos ao “silêncio e à imobilidade”.⁶⁵

61. Groppo, “Universidade e Comunidade na perspectiva dos movimentos estudantis dos anos 1960”. *Movimento Estudantil: conflitos, organização e mobilização*, ed., Diego dos Anjos, et. al. (Rio de Janeiro: Rizoma, 2019) 67.

62. Gabriel Amato Bruno de Lima. “Somos um país de jovens’. A cultura das políticas da ditadura militar brasileira para a juventude” (Tese de Doutorado em História, Universidade Federal de Minas Gerais, 2023).

63. Aqui se diz que o termo “estudantes democráticos” foi remodelado neste contexto, porque essa expressão foi recorrente para designar os estudantes que favoreciam atos governamentais sintonizados com os valores dos jornais diários. Katya Braghini e Andrezza Comeski. “Estudantes democráticos: a atuação do movimento estudantil de ‘direita’ nos anos 1960. *Educação e Sociedade* 36.133 (2015): 945-962.

64. Editora do Brasil. “Mensagem aos Estudantes. Flavio Suplicy de Lacerda. Ministro da Educação”. *Revista da Editora do Brasil* 210 (1966): 23-24.

65. OESP, São Paulo, 28/04/1964 e 29/07/1964. Já a Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964, ficou conhecida como “Lei Suplicy de Lacerda”. Instituiu como forma legal o funcionamento do Diretório Acadêmico (DA), restrito aos cursos, e o Diretório Central dos Estudantes (DCE), como entidade central dos estudantes dentro das universidades.

No plano político, o descarte das lideranças estudantis e/ou partidárias e de todos aqueles sob suspeitas de crimes contra a Segurança Nacional foi jogado para a instância judicial: eram um caso de polícia. O sentido da ação era a de “encontrá-los e prendê-los”. No entanto, como plano pedagógico, o Projeto de Lei (PLN 10/64) também passou a valer para aqueles classificados como “bons estudantes”, fossem alheios à política estudantil ou sujeitos voltados ao “curso normal” da vida.⁶⁶

Nos termos da Lei 4.464, os responsáveis pelo ensino seriam advertidos com “falta grave” por quaisquer atos considerados de omissão e tolerância que permitissem ou favorecessem o descumprimento da Lei. Isso também justifica, em parte, os processos de expulsão das escolas, narrado anteriormente. Além disso, sob o regimento das instituições pesou o encargo pelo funcionamento, domínio de atividades e controle do orçamento das associações estudantis. Da mesma forma, os estabelecimentos de ensino médio (Art. 18 – parágrafo único) somente poderiam constituir um grêmio com finalidades cívicas, culturais, sociais e desportivas, cujas atividades deveriam se restringir aos limites estabelecidos no regimento escolar, devendo “sempre ser assistido por um professor” (Lei nº 4464 09/11/1964). A ordem era tutelar os jovens.

Ainda assim, pedidos eram feitos para que o governo usasse dispositivos do Ato Institucional nº 2 (AI-2), no sentido de baixar decretos-leis a qualquer momento, sob a justificativa de paralisar as atividades das entidades estudantis.⁶⁷ De fato, isso foi feito, pois pelo Decreto nº 57.634, de 14/01/1966, as atividades da UNE foram suspensas. E para tanto, foi utilizado o poder do AI-2 e os termos do parágrafo único do artigo 6º do Decreto-Lei nº 9085, de 25/03/1946, que previa a suspensão de sociedade e associações que “houvessem adquirido personalidade jurídica mediante falsa declaração de seus fins”.⁶⁸

Posteriormente, em 1967, a Lei Suplicy foi revogada pelo Decreto Aragão, reformulando a organização da representação estudantil, mantendo-a como órgão controlado por responsáveis adultos e com caráter cívico “construtivo” [Decreto-Lei nº 228, 28/02/1967]. A partir dele, foram extintos “os órgãos estudantis do âmbito estadual, ainda que organizados como entidades de direito privado” (Art.20). Depois foi instituída a Comissão Meira Mattos, ou comissão especial, que propunha medidas relacionadas aos problemas estudantis [Decreto nº 62024, 29/12/1967] e o Decreto-Lei nº 447, 16/02/1969, definindo as “infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimento de ensino público ou particulares”, mandado a cabo, pelo parágrafo 1º do Art. 2 do Ato Institucional nº 5 (AI-5), de 13/12/1968.

66. Transcrição de O Estado de S.Paulo. *Revista da Editora do Brasil* 201 (1964): 58-59. O potencial da “boa” juventude passa a ser exaltado, quando tutelada, para projetos públicos como o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) e do Projeto Rondon.

67. *O Jornal* (Rio de Janeiro) 3 de dezembro de 1965.

68. O AI-2 foi baixado em 27 de outubro de 1965. O AI-2 ficou vigente até 15 de março de 1967, sendo substituído pela nova Lei de Segurança Nacional e pela Constituição de 1967. http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/5744_2.asp (22/09/2021).

Deve-se pensar o movimento político, trabalho ativo de parte dos estudantes, como um dínamo que justificaria o amplo e progressivo processo de cercamento de seus diversos espaços de convivência. Além disso, é sempre bom lembrar que sustentação do cerco aos estudantes esteve longe de ser de responsabilidade exclusiva dos militares, senão pelo respaldo de ávidos pedidos da imprensa que se colocava como porta-voz autorizada da sociedade civil. Neste sentido, não se pode descartar a ideia de que quem fez cerco aos estudantes, em primeira instância, foram as próprias escolas e universidades com a atuação dos atos regimentais internos.

Considerações Finais

De maneira geral, o movimento estudantil é uma forma de expressão ampla da categoria “estudante” quando expõe seus desejos e projetos, pensando o futuro, de maneira pública ou privada, organizado como expressão coletiva de grande número de jovens. É uma das facetas dos diferentes movimentos sociais que, como categoria social autônoma, procura discutir politicamente as condições do seu espaço escolarizado e que, naquela época, era muito privilegiado. É evidente que a luta transpassou esses limites, mas não se pode diminuir a filiação escolar como um elemento interessante às disputas discursivas que ora clamavam pelos costumes escolares como forma de conter estudantes, ora reprimia-os, quando estes denunciavam o não cumprimento das leis quanto aos desabastecimentos das instituições escolares e o seu caráter elitista.

É importante considerar não se poder percebê-los de maneira coesa, uníssona. A atuação desses grupos nos anos 1960 dependeu das flutuações de interesses de coortes escolarizadas que muitas vezes seguiam as coalizações políticas, estando ou não imediatamente coligadas ao Partido Comunista. Outro elemento importante é a outra parcela dos estudantes, conhecida como a “maioria silenciosa”, não cogitada neste estudo, mas que sustentou os discursos em nome da “boa juventude do Brasil”, dando coro à perseguição dos demais. Os estudantes mobilizados foram acusados como agentes de dois “desvios”: um a relacionado ao trânsito e outro à trajetória de vida. Os estudantes contestadores mostravam que havia descontentamento na sequência de vida proposta a eles. Entre o momento de heteronomia do mundo infantil e de autonomia do mundo adulto, os estudantes assumiam a juventude como tempo de ação, e não como um período de “espera”. No entanto, função do estudante é estudar, repetia-se reiteradamente na imprensa.

Esse ponto de análise indica que ser estudante era algo em disputa, como um privilégio social. Um fato histórico é que o estudante em movimento gerou medo e o imaginário foi forte, porque fez oscilar o uso do termo “estudante” na documentação. Ora chamados de moços, jovens, mocidade, estudantes democráticos etc. Talvez pela consternação que o termo “estudante” passou a causar, vemos essa variação nos discursos. Lembremos sobre os dispositivos usados para a depuração desses estudantes como foram violentos. Parcelas inteiras das Leis de Segurança

Nacional dizem respeito aos atos praticados por esses jovens. Isso não significa pouca coisa. E não se pode esquecer de que os atos institucionais também foram pensados como elementos de normatização escolar.

Fontes

Periódicos e revistas

Correio da Manhã (Rio de Janeiro) 1967
Diário de Pernambuco (Recife) 1961
Revista da Editora do Brasil (São Paulo) 1961, 1969
Diário de Notícias
O Estado de S. Paulo (São Paulo) 1961
Revista Realidade (São Paulo) 1967

Orais

Emília Viotti da Costa, entrevista realizada por Daniel Cantineli Sevillano. *Memória 70 anos – FFCL-FFLCH/USP*, 2000.
Sebastião Carlos Velasco e Cruz, depoimento dado ao curso de Sociologia, durante a IV Semana de Ciências Sociais: 68 – 40 anos, acontecido na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas (FFLCH/USP) entre 12 e 16 de maio de 2008.

Internet

Censo Demográfico do Brasil (1950) <https://biblioteca.ibge.gov.br/?view=detalhes&id=767> (21/04/2023).
Fulbright Commission. Brasil (1960). <http://www.fulbright.org.br/comissao.html>. (19/06/2008).
Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE). *Sinopse Estatística do Ensino Médio* (1961). <https://seculoxx.ibge.gov.br/populacionais-sociais-politicas-e-culturais/busca-por-palavra-chave/educacao/697-ensino-secundario.ht> (21/04/2023).

Bibliografia

Bluteau, Raphael. *Vocabulário Português & Latino, Aulico, Anatomico, Architectonico...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu; Lisboa: Oficina de Pascoal da Sylva, 1712-1728.
Braghini, Katya. “Ideology of Brazilian National War College in the output of moral and civic education textbooks and anti-communism (1961-1980)”. *Educació i Història: revista d’història de l’educació* 35 (2020): 47-73.

- Braghini, Katya. *Juventude e pensamento conservador no Brasil*. São Paulo: EDUC, 2015.
- Braghini, Katya e Cameski, Andrezza S. “‘Estudantes democráticos’: a atuação do movimento estudantil de ‘direita’ nos anos 1960”. *Educação e Sociedade* 36.133 (2015): 945-962.
- Brito, Antonio Maurício Freitas. “Militância estudantil e memórias dos anos 1960”. *Tempo e Argumento* 9.21 (2017): 94-131.
- Dirceu, José. “O movimento estudantil em São Paulo”. *Rebeldes e Contestadores – 1968 – Brasil, França e Alemanha*. Ed. Marco Aurélio Garcia e Maria Alice Vieira. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.
- Ferreira, Jorge. “Enquadrando a ditadura: fotojornalismo do Correio da Manhã e os conflitos de 1968”. *Tempo e Argumento* 12.30 (2020): [2-29].
- Filgueiras, Juliana Miranda. “Educação Moral e Cívica e a sua produção didática: 1969 – 1993”. Tese de Mestrado em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.
- Foracchi, Marialice Mencarini. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.
- Foracchi, Marialice Mencarini. *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo: Livraria Pioneira, 1972.
- Gabeira, Fernando. *O que é isso companheiro?*. Rio de Janeiro: Editora Codedri, 1979.
- Garcia, Marco Aurelio e Maria Alice Vieira, *Rebeldes e Contestadores – 1968 – Brasil, França e Alemanha*. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.
- Gonçalves, Nadia G. “Doutrina de Segurança Nacional e desenvolvimento na ditadura civil-militar: estratégias e a educação”. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo: 1-17.
- Gonçalves, Nadia, G. Serlei e M. F. Ranzi. *Educação na ditadura civil-militar: política, ideários e práticas, Paraná, 1964-1985*. Curitiba: Ed. UFPR, 2012.
- Gouveia, Joly Aparecida e Havighurst, Robert. *Ensino Médio e Desenvolvimento*. São Paulo: Edições Melhoramentos/Editora da Universidade de São Paulo, 1969.
- Grosso, Luís Antônio. “Universidade e Comunidade na perspectiva dos movimentos estudantis dos anos 1960”. *Movimento Estudantil: conflitos, organização e mobilização*. Diego dos Anjos [et. al.]. Rio de Janeiro: Rizoma, 2019.
- Grosso, Luís Antônio. “As novas esquerdas e o movimento estudantil no Brasil: 1961-1967”. *Movimento estudantil brasileiro e educação superior*. ed., Michel Zaidan Filho e Otávio Luis Machado. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007.
- Hilsdorf, Maria Lúcia Spedo e Peres, Fernando Antonio. “Estudos históricos sobre juventude: estado da arte”. *Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006)*, vol. 2. Ed. Marília Pontes Spósito. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

- Huerre, Patrice, Reymond, Martine-Pagan e Reymond, Jean-Michel. *Adolescência não existe – Histórias das atribulações de um artifício*. Lisboa: Terramar, 2000.
- Lima, Danielle Barreto. *CCC – Comando de Caça aos Comunistas. Do estudante ao terrorista – 1963 1980*. São Paulo: Editora Almedina, 2021.
- Lima, Gabriel Amato Bruno. “Somos um país de jovens’ a cultura das políticas da ditadura militar brasileira para a juventude”. Tese de Doutorado em História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.
- Martins Filho, João Roberto. *Movimento Estudantil e Ditadura Militar (1964-1968)*. Campinas: Papirus, 1987.
- Morais Silva, Antonio de e Rafael Bluteau. *Dicionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*. 1. ed. Lisboa: Simão Tadeu Ferreira, 1789.
- Motta, Rodrigo Patto Sá. “Em guarda contra o ‘perigo vermelho’: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)”. Tese de Doutorado em História Econômica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- Müller, Angélica. “O ‘acontecimento 1968’ brasileiro: reflexões acerca da cultura de contestação estudantil”. *Revista de História* 180 (2021): 1-21.
- Müller, Angélica. *O movimento estudantil na resistência à ditadura militar (1969-1979)*, Rio de Janeiro: Garamond, 2016.
- Parsons, Talcott, *A Sociologia Americana*. São Paulo: Cutrix, 1970.
- Palmeira, Vladimir. “Os valores de 1968”. *Rebeldes e Contestadores – 1968 – Brasil, França e Alemanha*. ed., Marco Aurélio Garcia e Maria Alice Vieira. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.
- Pineau, Pablo. “Como a noite engendra o dia e o dia engendra a noite. Revisando o vínculo da produção mútua entre escola e Modernidade”. *Pro-Posições* 19.3 (57) (2008): 83-104.
- Pellicciotta, Mirza Maria Baffi. “Uma aventura política: as movimentações estudantis dos anos 1970”. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), 1997.
- Poerner, F. Praga. *O poder jovem*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- Real Academia Española. *Diccionario de la lengua castellana*. Madrid: Imprenta de Francisco del Hierro, 1726-1739.
- Reis Filho, Daniel Aarão. “1968. ‘O curto ano de todos os desejos’”. *Tempo Social. Revista de Sociologia* 10.2 (1998): 25-35.
- Rolleberg, Denise. “Esquecimento das memórias”. *O golpe de 1964 e o regime militar*. ed. João Roberto Martins Filho. São Carlos: EdUFSCar, 2006.
- Santana, Flavia de Angelis. “Movimento estudantil e ensino superior no Brasil: A reforma universitária no centro da luta política estudantil nos anos 60”. Tese de Doutorado em História, Universidade de São Paulo, 2014.
- Silveira Bueno, Francisco da. *Dicionário Escolar da Língua Portuguesa*. Brasília: FENAME/MEC, 1969.

- Sirkis, Alfredo. “Os paradoxos de 1968”. *Rebeldes e Contestadores – 1968 – Brasil, França e Alemanha*. ed. Marco Aurélio Garcia e Maria Alice Vieira. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.
- Spósito, Marília Pontes. *Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006)*. vol. 2. ed., Marília Pontes Spósito. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.
- Spósito, Marília Pontes. “A produção de conhecimento sobre a juventude na área de Educação no Brasil”, São Paulo: Editora Mandruvá, 2001, pp. 37-55.
- Teles, Janaína de Almeida. “Memórias do cárcere da ditadura, os testemunhos e as lutas dos presos políticos no Brasil”. Tese de Doutorado em História, Universidade de São Paulo, 2011.
- Ventura, Zuenir. *1968: O ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.
- Weber, Henri. “Um balanço de 1968”. *Rebeldes e Contestadores – 1968 – Brasil, França e Alemanha*. ed. Marco Aurélio Garcia e Maria Alice Vieira. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.